

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 65

Data: 30.05.78

Pg.: _____

Massacre de Merure deve ser julgado em Cuiabá, diz delegado

FSP Dos Correspondentes 30.5.78

O coronel Clóvis Pinho, delegado da Funai em Cuiabá, afirmou ontem, que a própria Justiça de Barra do Garças deveria declarar-se incompetente para julgar o grupo de fazendeiros e posseiros envolvidos no "massacre do Merure", a fim de permitir o desaforamento do processo para Cuiabá.

O "massacre de Merure" ocorreu no dia 15 de julho de 76 quando um grupo de posseiros e proprietários de terras contíguas às duas reservas de índios bororós atacaram a sede da missão salesiana e mataram o padre Rodolf Lunkekheim e 1 índio Simão, morrendo também no tiroteio o menino Aluísio Bispo, filho de um dos invasores.

DESAFORAMENTO

O delegado da Funai endossa a opinião da maioria da população de Barra do Garças, que não tem dúvida da absolvição dos três implicados no massacre — João Marques de Oliveira, Manoel Borges e Bento Bispo — pois "lá todo o mundo é parente, amigo, compadre e, fatalmente, o júri será influenciado" afirma o coronel Pinho.

Ao tomar conhecimento da remoção e promoção de juizes para o caso, em maio de 77, sem observâncias dos trâmites legais, o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira tentou desaforar o processo para Cuiabá, mas o pedido foi denegado. A Funai voltou a insistir no desaforamento, mas, segundo o coronel Pinho "está havendo novos problemas fora da área do Tribunal de Justiça".

CONFLITO NO PARANÁ

Um agricultor e um jagunço morreram ontem na fazenda Curitiba, situada em Terra Rica, município no norte do Paraná, em consequência da luta pela posse de terras, segundo denúncias feitas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, a qual já havia feito outras denúncias aos ministérios da Justiça e da Agricultura contra o regime de escravidão a que estão submetidas 72 famílias naquela fazenda, propriedade de Manoel Francisco da Silva Braga.

Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura a situação naquela área é bastante tensa e a Secretaria de Segurança Pública e a Delegacia Regional do Trabalho pediram a colaboração da Polícia Federal para conter o conflito surgido há quatro meses naquela região.